

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO**  
**GRADUAÇÃO EM DIREITO**

NICHOLAS ROCHA DOS SANTOS  
**Educação Religiosa em Escolas Públicas**

Rio de Janeiro, dezembro/2016

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO**  
**GRADUAÇÃO EM DIREITO**

NICHOLAS ROCHA DOS SANTOS

**Educação Religiosa em Escolas Públicas**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do professor **Gustavo da Rocha Schmidt** apresentado à FGV DIREITO RIO como requisito parcial para conclusão da disciplina obrigatória TCC IV do currículo da graduação.

Rio de Janeiro, dezembro/2016

## **RESUMO**

O presente estudo trata debate acerca do ensino religioso nas escolas públicas no Brasil. O estudo é dividido em três capítulos, sendo os dois primeiros sobre os Estados Unidos e França, que possuem modelos distintos de laicidade. O terceiro, por sua vez, traz os conceitos de laicidade, liberdade de consciência, de culto e de crença, e busca afirma sua posição perante a ADI 4439 e a ADI 3268, bem como analisar a lei 3.459/00 do Estado do Rio de Janeiro/RJ.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Educação religiosa em escolas públicas. Laicidade. Laicismo. Liberdade Religiosa. Liberdade de consciência. Liberdade de crença. Liberdade de culto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei 3.459/00 do Estado do Rio de Janeiro. Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. ADI 4439. ADI 3268.

**ABSTRACT**

This study addresses the debate about religious education in public schools in Brazil. The study is divided into three chapters, the first two analyse the scenarios the United States and in France, which have distinct models of secularism. The third, in turn, brings the concepts of secularism, freedom of conscience, worship and belief, and aims to affirm its position before Brazilian Supreme Court cases (ADI 4439 and ADI 3268), as well as to analyze the law 3.459/00 of the State of Rio de Janeiro / RJ.

**KEYWORDS**

Religious education in public schools. Secularism. Laïcité. Freedom of Religion. Freedom of conscience. Freedom of belief. Freedom of worship. Law 3.459/00 of the State of Rio de Janeiro/RJ.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	6
O MODELO AMERICANO.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
O MODELO FRANCÊS .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
EDUCAÇÃO RELIGIOSA EM ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL.	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	18
REFERÊNCIAS .....	40

## INTRODUÇÃO

Está em via de julgamento a ADI 4439, proposta pela Procuradoria Geral da República, cujo objetivo é a interpretação conforme a constituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A PGR defende, em suma, que o ensino religioso em escolas públicas deve ter caráter não confessional, uma vez que este seria o único modelo compatível com a constituição, que impede o Estado de endossar ou subvencionar qualquer religião.

O artigo que a PGR busca interpretação é o seguinte:

“Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina de horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§1º. Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§2º. Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos dos ensinos religiosos.”

Entretanto, na prática, as autoridades públicas vêm interpretando esse artigo como uma autorização ao ensino confessional e interconfessional, com raras exceções<sup>1</sup>. Assim, a ação proposta busca a interpretação do citado artigo seja pelo entendimento que o ensino religioso em escolas públicas só pode ser de natureza não-confessional, com proibição de admissão de professores na qualidade de representantes das confissões religiosas.

Além dessa ação de controle concentrado, também aguarda julgamento a ADI 3268 em que se discute a constitucionalidade de artigos da Lei 3.459/00 do Estado do Rio de Janeiro que regulamenta o ensino religioso nas escolas do Estado. Tal ação direta visa declarar inconstitucional a lei que cria o ensino confessional, por entender que o modelo

---

<sup>1</sup>Débora Diniz e Vanessa Carrião mostram o seguinte quadro do ensino religioso nos diferentes Estados da Federação: “a) ensino confessional: o objetivo do ensino religioso é a promoção de uma ou mais confissões religiosas. O ensino religioso é clerical e, de preferência, ministrada por um representante de comunidades religiosas. É o caso Acre, Bahia, Ceará e Rio de Janeiro; b) ensino interconfessional: o objetivo do ensino interconfessional é a promoção de valores e práticas religiosas em um consenso sobreposto em torno de algumas religiões hegemônicas à sociedade brasileira. É passível de ser ministrado por representantes de comunidades religiosas ou por professores sem filiação religiosa declarada. É o caso de Iagoas, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins; c) ensino sobre a história das religiões: o objetivo do ensino religioso é instruir sobre a história das religiões, assumindo a religião como um fenômeno sociológico das culturas. O ensino religioso é secular, devendo ser ministrado por professores de sociologia, filosofia ou história; É o caso de São Paulo.”

compatível com a constituição é o ecumênico, em que se busca ensinar valores comuns de diversas religiões.

A discussão do papel da religião no espaço público, e nesse caso, nas escolas públicas, não é nova. É comum que diversas correntes políticas distintas tentem colocar no currículo escolar disciplinas que reflitam seu modo de ver o mundo, de forma que este também seja o entendimento das gerações futuras. Não é diferente quando se trata de religiões nas escolas públicas.

Dessa forma, o presente trabalho pretende demonstrar como diferentes países laicos tratam a separação entre Estado e Igreja, em especial no que concerne à educação pública. Dessa forma, traremos como exemplo as disputas judiciais nos Estados Unidos e na França. Por último, procuramos tratar do ainda incipiente debate que está ocorrendo no Brasil.

O primeiro é o exemplo mais notável de separação como neutralidade do estado perante religião<sup>2</sup>. A primeira emenda à constituição estadunidense trata da relação entre igreja e estado:

“Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the government for a redress of grievances.”

Vemos, na primeira emenda, duas cláusulas relacionados à liberdade religiosa. A primeira, denominada ‘Establishment Clause’ proíbe ao Governo criar uma lei estabelecendo uma religião oficial. A segunda, ‘Free Exercise Clause’ impede que se impeça ou se desencoraja o exercício de qualquer religião.

Na jurisprudência da Suprema Corte há claramente duas posições distintas que são adotadas pelos Juízes. A posição acomodacionista não vê incompatibilidade entre secularismo e certa proximidade das relações entre igreja e estado, desde que não haja estabelecimento de uma religião oficial. Em seu voto no caso *Lynch vs. Donnelly* (1984) a juíza Sandra Day O’Connor propôs o ‘endorsement test’ no qual se pretende avaliar se um governo em particular pretende endossar um culto religioso, violando, assim, a primeira emenda. De acordo com esse teste, sempre que um observador objetivo e imparcial constatar que o

---

<sup>2</sup> Ran Hirschl define como “It emphasizes the state’s impartial, neutral stance toward religious creeds rather the active advancement of secularism per se.”

governo pretende endossar determinada ideologia religiosa, ou desaprová-la em relação às demais, essa ação deverá ser considerada ilegítima.

A posição separacionista, por outro lado, propõe a imposição de uma parede de separação entre estado e religião. É comum nas decisões em que essa posição prevaleceu que se proponha o denominado ‘Lemon Test’, método de interpretação onde se deve considerar os seguintes parâmetros: a) a ação governamental deve possuir propósito político secular; b) a ação governamental não pode gerar qualquer efeito direto no sentido de favorecer ou inibir um determinado culto; c) a ação governamental não pode resultar numa excessiva vinculação do governo com um culto.

Ambas as posições acima delineadas são parte do que Ahmet T. Kuru<sup>3</sup> denomina *passive secularism*, em que o Estado tem uma posição mais passiva em evitar o estabelecimento de alguma religião<sup>4</sup>. Assim, temos maior visibilidade pública de expressões religiosas. Outra posição é a denominada *assertive secularism*<sup>5</sup>, em que o Estado exclui religião da esfera pública e toma um papel ativo em confinar religião ao domínio estritamente privado. Essa posição é definida dessa forma por Ran Hirschl:

“This model establishes a form of assertive, even militant, secularism that goes beyond neutrality towards religion or a declared a-religiosity, to advance an explicitly secular civic religion that resents manifestations of religion in public life and views secularism as a core element of the modern nation and its members’ collective identity.”<sup>6</sup>

Dois países se destacam como maior exemplo dessa posição: França e Turquia. Em ambos os países, essa posição tem suas origens na luta pela criação da república contra o *ancién regime*. Ahmet T. Kuru defende que a dominância da posição de secularismo passivo ou ativo depende de certas condições históricas no período de construção do Estado. Nos Estados onde prevalece o *assertive secularism*, havia um regime em que a monarquia e as lideranças religiosas eram aliadas. Por consequência, as elites republicanas, ao se posicionar contra a monarquia, também se posicionavam contra a religião hegemônica, tornando

<sup>3</sup> World Politics, Volume 59, Number 4, July 2007, p. 571.

<sup>4</sup> Nas palavras originais: Passive secularism, wich requires that the secular state play a “passive” role in avoiding the establishment of any religions, allows for the public visibility of religion.”

<sup>5</sup>Nas palavras do próprio autor: “Assertive secularism (...) means that the state excludes religion from the public sphere and plays an ‘assertive’ role as the agent of a social engineering project that confines religion to the private domain.

<sup>6</sup>Hirschl, Ran, Comparative Constitutional Law & Religion (December 1, 2010). THE RESEARCH HANDBOOK IN COMPARATIVE CONSTITUTIONAL LAW, Tom Ginsburg and Rosalind Dixon, eds., Edward Elgar, 2011. p. 423.



anticlericalismo e republicanismo sinônimos. Não havia um regime com essas características estabelecido nos EUA anteriormente à revolução. Assim, a elite republicana não via a religião como um inimigo a ser combatido.

Na França, o marco fundador da separação entre igreja e estado foi a lei de 09 de dezembro de 1905, que determinava em seu artigo primeiro que a república garantiria liberdade de consciência e a liberdade de culto, salvo restrições de ordem pública<sup>7</sup>, e o artigo segundo determinava que a república não reconhece, não paga salários, nem subvenciona qualquer culto<sup>8</sup>. Nas palavras do historiador Tarcísio de Amorim Carvalho<sup>9</sup>:

“De fato, o laicismo na França se desenvolveu de forma combativa durante o século XIX. Apesar dos esforços de separação entre Igreja e Estado desde a revolução de 1789, a Igreja Católica continuava a ter preponderância no ensino público primário e a influir na vida política, principalmente durante a segunda monarquia (1852 a 1870). O Estado alternava entre alianças e medidas de distanciamento do âmbito religioso. Após a derrota francesa na guerra franco-prussiana, o novo governo republicano buscou eliminar os últimos traços da influência religiosa na política, primeiramente através da laicização do ensino primário – com as leis Jules Ferry (1882 – 1886) – e finalmente com a lei de 1905, que consolidou a separação entre Igreja e Estado ao explicitar que o governo “não reconhece, não paga salários e nem subsidia qualquer religião.”

Mais recentemente, temos a edição n. 2004-228, denominada “loi de laïcité” que proibiu alunos de manifestarem sua adesão a determinado culto religioso<sup>10</sup>. Essa lei foi fruto de uma escalada em tensões na sociedade francesa que via a crescente islamização um perigo para ideia de estado laico na república francesa, assim como à liberdade de consciência, e a igualdade entre sexos.

Diante do exposto, fica claro que há diversos modelos de separação entre igreja e estado, que são adotados por países considerados laicos. Pretendemos aprofundar o estudo de cada um deles nos seus respectivos capítulos, e mostrar como cada país tem tido posições diferentes acerca da religião em escolas públicas.

<sup>7</sup> La République assure la liberté de conscience. Elle garantit le libre exercice des cultes, sous les seules restrictions édictées ciaprès dans l'intérêt de l'ordre public

<sup>8</sup> La République ne reconnaît, ne salarie ni ne subventionne aucun culte (...)

<sup>9</sup> CARVALHO, TARCÍSIO AMORIM, Secularização nas Perspectivas Liberal e Republicana: as relações entre religião e Estado na Inglaterra e na França (1988-2006), In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH 26, 2011, São Paulo, Anais, Disponível em <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300804403\\_ARQUIVO\\_mes.anpuh2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300804403_ARQUIVO_mes.anpuh2011.pdf)>

<sup>10</sup> Dans les écoles, les collèges et les lycées publics, le port de signes ou tenues par lesquels les élèves manifestent ostensiblement une appartenance religieuse est interdit. Le règlement intérieur rappelle que la mise en oeuvre d'une procédure disciplinaire est précédée d'un dialogue avec l'élève.

## O MODELO AMERICANO

Antes de 1947, não houve decisão relevante no âmbito da Suprema Corte Norte Americana sobre “Establishment Clause”. Nesse ano, entretanto, a Corte decidiu o caso *Everson v. Board of Education*, que é paradigma e que determinou o entendimento da Corte nas décadas seguintes sobre a interpretação dessa cláusula.

Nesse caso, se questionava a validade de uma lei de Nova Jersey que permitia que as escolas fornecessem transporte aos seus alunos das escolas públicas para particulares e vice-versa. A cidade de Ewing reembolsava as famílias dos alunos da tarifa de ônibus para as escolas das cidades vizinhas, o que incluía escolas públicas e escolas paroquiais, uma vez que a cidade não tinha escola com ensino médio. A Corte decidiu, por maioria, que o reembolso das tarifas de ônibus não violava a Establishment Clause.

Entretanto, tanto o voto dissidente quanto o voto da maioria concordaram que os Estados estariam vinculados a uma política separacionista que condena tanto um apoio neutro a todas as religiões, assim como o favoritismo a alguma delas. Dessa forma, o Estado não poderia subvencionar de qualquer forma nenhuma atividade ou instituição religiosa.

Nesse sentido, se posicionou Justice Black, que afirmou que “[n]o tax in any amount, large or small, can be levied to support any religious activities or institutions, whatever they may be called, or whatever form they may adopt to teach or practice religion”. Por outro lado, o voto da minoria, que foi redigido pelo Justice Rutledge, disse “the amendment forbids any appropriation, large or small, from public funds to aid or support any and all religious exercises.”

Esse caso ditou a tendência para outros similares até o ano de 1997, quando a Corte julgou *Agostini v. Felton*, em que houve uma clara mudança de posição. Nesse meio tempo, foram julgados cinquenta e dois casos sobre Establishment Clause, sendo mais da metade sobre educação.

No que concerne à educação básica e média, a Corte parecia ter duas preocupações principais. A primeira seria a de evitar que o Estado subvencionasse escolas paroquiais. Nesse sentido, a Corte manteve, por maioria, a validade de leis que aliviariam o fardo financeiro dos

país de enviar seus filhos a escolas paroquiais, como reembolso da tarifa de ônibus<sup>11</sup>, empréstimos para livros escolares<sup>12</sup>, deduções em impostos dos custos de escolas privadas<sup>13</sup>. Em outros casos, em que a subvenção do Estado às escolas paroquiais foi mais direta, a Corte impediu tais programas, entre os quais a proibição do Estado suplementar o salário de professores de escolas que não são públicas<sup>14</sup>, reembolso das mensalidades escolares<sup>15</sup>, e empréstimo de professores de escolas públicas para ensinar matérias seculares em escolas paroquiais<sup>16</sup>. Apesar da jurisprudência da Corte ser contraditória e confusa, é indiscutível que a Corte foi bem rígida ao controlar qualquer auxílio que o Estado pudesse fornecer às escolas paroquiais.

A segunda preocupação da Suprema Corte Norte Americana foi tornar as escolas públicas seculares. Em dez decisões que não envolviam auxílio a escolas paroquiais, a Corte invalidou leis que lidavam de ensino básico e médio, de forma a garantir o secularismo. Nesse sentido, a Corte invalidou aulas de religião em escolas públicas<sup>17</sup>, proibiu a exigência de orações em sala de aula<sup>18</sup>, orações na cerimônia de graduação<sup>19</sup>, leitura da Bíblia<sup>20</sup>, e meditação em silêncio<sup>21</sup>. A Suprema Corte também proibiu a exposição dos dez mandamentos<sup>22</sup>, e invalidou leis que proibiam o ensino da teoria da evolução<sup>23</sup>, e leis que obrigavam o ensino de criacionismo<sup>24</sup>.

Apesar da Suprema Corte ter adotado esse posicionamento claro em relação à aplicação da “Establishment Clause” nas escolas públicas, uma análise das decisões sobre as cláusulas religiosas, no caso a “Establishment Clause” e a “Free Exercise Clause”, mostra que a Corte não tinha um entendimento claro sobre a interpretação correta destas, apresentando uma jurisprudência inconsistente e confusa.

---

11 *Everson v. Board of Education*, 330 U.S 1 (1947)

12 *Board of Education v. Allen*, 392 U.S 236 (1968)

13 *Mueller v. Allen*, 463 U.S 388 (1983)

14 *Lemon v. Kurtzman*, 403 U.S 602 (1971)

15 *Sloan v. Lemon*, 413 U.S 825 (1973)

16 *Aguilar v. Felton*, 473 U.S 402 (1985); *Grand Rapids Sch. Dist. v. Ball*, 473 U.S 373 (1985)

17 *Illinois ex rel. McCollum v. Board of Education*, 333 U.S 203 (1948)

18 *Engel v. Vitale*, 370 U.S 421 (1962)

19 *Lee v. Weisman*, 505 U.S 577 (1992)

20 *Abington School District v. Schempp*, 374 U.S 203 (1963)

21 *Wallace v. Jeffre*, 472 U.S 38 (1985)

22 *Stone v. Graham*, 449 U.S 39 (1980)

23 *Epperson v. Arkansas*, 393 U.S 97 (1968)

24 *Edward v. Aguillard*, 482 U.S 578 (1987)

Dessa forma, a Corte já decidiu que (i) isenções a impostos sobre propriedade para igrejas tem fins seculares e não enredam demasiadamente instituições religiosas e estado<sup>25</sup>, mas reembolso aos pais que matriculam seus filhos em escolas privadas por meio de créditos em seus impostos de alguma porção dos custos educacionais relativos a matérias seculares entrelaçam demasiadamente tais instituições<sup>26</sup>; (ii) é inconstitucional ao estado reembolsar escolas religiosas particulares pelo custo de apostilas e outros materiais para instrução<sup>27</sup>, mas constitucional o estado permitir aos pais de crianças atendendo escolas religiosas particulares obter isenções dos impostos sobre esses mesmos materiais<sup>28</sup>, assim como é constitucional o estado emprestar diretamente o livro aos alunos<sup>29</sup>; (iii) são inconstitucionais a educação religiosa em escolas públicas<sup>30</sup>, mas espaço na grade curricular que permite ensino religioso fora do ambiente escolar estariam conforme a constituição<sup>31</sup>.

Esses exemplos de decisões contraditórias são fruto do denominado “Lemon Test” do qual trataremos mais a frente e da interpretação errônea da Corte sobre o objetivo histórico das cláusulas religiosas.

A doutrina entende que essa herança de incoerência que a Suprema Corte Norte Americana apresenta pode ser traçada pela incorporação das cláusulas religiosas por meio da décima quarta emenda como forma de controle dos governos estaduais. A intenção original das cláusulas religiosas foi a de proibir que a União estabelecesse uma religião oficial ou que interviesse na escolha no âmbito estadual acerca do estabelecimento ou não de alguma religião oficial. Dessa forma, vemos que a intenção original das cláusulas religiosas era a de uma proteção relativa ao federalismo e não de garantias individuais.

Entretanto, em *Everson*, tanto o voto majoritário quanto o voto minoritário entenderam que a décima quarta emenda incorporou as cláusulas religiosas, de forma que estas são aplicáveis também em âmbito estadual. A discordância se deu na interpretação dessas cláusulas, uma vez incorporadas. Outra questão igualmente perplexa acerca da decisão da Corte se deve ao fato que esta interpretação ter se embasado na visão de Thomas Jefferson e de James Madison no debate que estes travaram no que concerne a relação entre estado e religião no Estado da Virgínia.

---

<sup>25</sup> *Walz v. Tax Commission*, 397 U.S. 664 (1970)

<sup>26</sup> *Committee for Public Education & Religious Liberty vs. Nyquist*, 413 U.S. 756 (1973)

<sup>27</sup> *Lemon vs. Kurtzman*, 403 U.S. 602 (1971)

<sup>28</sup> *Mueller v. Allen*, 463 U.S. 388 (1983)

<sup>29</sup> *Board of Education v. Allen*, 392 U.S. 236 (1968)

<sup>30</sup> *Illinois ex rel. McCollum v. Board of Education*, 333, U.S. 203 (1948)

<sup>31</sup> *Zorach v. Clauson*, 343 U.S. 306 (1952)

A confiança da Suprema Corte nas opiniões dos dois pais fundadores pode ser criticada<sup>32</sup> por (i) igualar o entendimento pessoal de certos indivíduos sobre a relação entre estado e religião com o significado de certa cláusula constitucional que eles ajudaram a formar, mas que passou por mudanças consideráveis e foi votada e ratificada por assembleias estaduais diversas; e (ii) assume que as questões que animaram os debates no âmbito estadual da cláusula que inspirou a cláusula federal são as mesmas que animaram o debate no âmbito federal.

A análise histórica confirma que o entendimento da Suprema Corte foi errôneo. A redação dada foi fruto de entendimentos conflitantes sobre a relação entre Estado e Religião num contexto em que cada Estado apresentava uma resposta diferente para esse debate. É possível destacar três posições distintas sobre o entendimento sobre separação. Primeiro, Jefferson via como um modo de proteger o estado da influência da religião. Outra corrente, inspirada pelo pensamento de Roger Williams, via separação como um meio de manter a fé pura de possíveis influências estatais que a adulterassem. James Madison, por outro lado, via a separação como princípio de não favoritismo e não envolvimento. Ademais, no que concerne ao âmbito estadual, muitos Estados mantinham religiões oficiais quando da ratificação da décima quarta emenda.

Outra questão importante acerca do entendimento histórico da Suprema Corte do significado das cláusulas religiosas no caso *Everson*, diz respeito à interpretação destas à luz do entendimento que Thomas Jefferson e de James Madison, que eram discrepantes. Enquanto o primeiro entendia que a posição do estado em relação à religião deveria ser uma de estrita separação, Madison entendia que deveria ser uma de neutralidade.

A segunda questão acerca do entendimento histórico diz respeito ao entendimento acerca da palavra “respecting” presente na Establishment Clause. A doutrina entende que a Corte aumentou o escopo da separação entre estado e religião. Não só é proibido o estabelecimento de uma religião oficial, mas a própria proibição se tornou mais extensa, como se pode ver pelo voto do Chief Justice Burger: “a given law might not establish a state religion but nevertheless be one ‘respecting’ that end in the sense of being a step that could lead to such establishment (...)”<sup>33</sup>. Assim, vemos que a Suprema Corte alterou as cláusulas

---

<sup>32</sup> Michael A. Paulsen, *Religion, Equality, and the Constitution: Na Equal Approach to Establishment Clause Adjudication*, 61 Notre Dame L. Rev. 311 (1986), pág. 319

<sup>33</sup> *Lemon vs. Kurtzman*, 403 U.S. at 612

religiosas de proibição de criação uma religião oficial no âmbito federal e *laissez faire* no âmbito estadual para uma separação estrita igualmente aplicável aos Estados.

Com o passar dos anos, a Corte buscou o desenvolvimento de teste para se em suas decisões quando se tratava de questões acerca da “Establishment Clause”. Em “*Lemon vs. Kurtzman*”<sup>34</sup>, a Corte criou o denominado “Lemon Test”. Segundo este, para que certa lei seja considerada constitucional, (i) deve ter um objetivo secular, (ii) deve gerar efeitos que não promovam ou inibam práticas ou mensagens religiosas, e (iii) não pode entrelaçar excessivamente estado e religião<sup>35</sup>.

Apesar de parecer objetivo e sem margem para interpretações, a aplicação desses três parâmetros, como visto anteriormente, levou a uma jurisprudência inconsistente e confusa, tornando o teste fortemente criticado pela doutrina. A primeira parte do teste exige que a lei tenha um propósito laico. Entretanto, a jurisprudência, com o passar dos anos, interpretou o “propósito laico” como se fosse impróprio ao estado ser motivado pelo desejo de acomodar exercícios religiosos. Nesse sentido foi a decisão da Suprema Corte de Connecticut no caso *Caldor, Inc. v. Thornton*, em que se negou a constitucionalidade de certa lei com base na primeira parte do teste: “the unmistakable purpose of such a provision is to allow those persons who wish to worship on a particular day the freedom to do so”.<sup>36</sup>

Essa interpretação da primeira parte do teste é contrária ao que a Suprema Corte decidiu em diversos casos. No caso *Lynch v. Donnelly*, a Corte decidiu que “the constitution (...) affirmatively mandates accomodation, not merely tolerance, of all religions, and forbids hostility toward any”<sup>37</sup>. Além disso, outras decisões feitas em *Sherbert v. Verner*<sup>38</sup>, *Wisconsin v. Yoder*<sup>39</sup>, e *Thomas v. Review Board*<sup>40</sup> seguem o mesmo raciocínio de Lynch, ou seja, que em certas ocasiões o estado está constitucionalmente obrigado a acomodar certas práticas religiosas. Dessa forma, é certa a observação feita pelo Justice Renquist em que “many

---

<sup>34</sup> 403 U.S 602 (1971)

<sup>35</sup> “To be upheld, a statute or regulation (1) must have a secular legislative purpose, (2) must have a principal or primary effect that neither advances or inhibits religion, and (3) must not foster excessive entanglement with religion”

<sup>36</sup> *Caldor, Inc. v. Thornton*, 191 Conn. 336, 464, A.2d 785 (1983), *aff’d*, 105 S.Ct. 2914 (1985)

<sup>37</sup> *Lynch*, 104 S.Ct at 1359

<sup>38</sup> 374 U.S. 398 (1963)

<sup>39</sup> 406 U.S. 205 (1972)

<sup>40</sup> 450 U.S. 707 (1981)

situations where legitimate claims under the Free Exercise Clause will run into head-on collision with the Court's insensitive and sterile construction of the Establishment Clause.”<sup>41</sup>

A segunda parte do teste impede que a legislação tenha efeitos que avancem ou inibam práticas religiosas. Seria, segundo Michael A. Paulsen<sup>42</sup>, descendente da afirmação do Justice Black em *Everson* segundo o qual “neither a state nor the Federal Government can (...) pass law which aid one religion, aid all religions, or prefer one religion over another.”<sup>43</sup> A proibição de ajudar todas as religiões seria consequência da perspectiva de Thomas Jefferson que buscava uma maior separação entre estado e religião.

Dessa forma, a segunda parte do teste compara o impacto de certa legislação ou política pública sobre religião em relação a ‘não religião’. Tal distinção, entre o que é religioso e o que não é, é fortemente criticado pela doutrina, uma vez que tribunais e juízes não são preparados para decidir o que é religioso. Além disso, se definir o que seria “religioso” é uma tarefa árdua, definir o que é não religião se torna uma tarefa ainda mais árdua (seria o oposto, o inverso ou algo complementar a religião?).

Outrossim, Michael W. McConnell critica essa segunda parte do teste por entender que promove discriminação contra religiões de duas formas: Primeiro, legislações e políticas públicas beneficiam um sem número de atividades e instituições. Se levarmos a segunda parte do teste em suas últimas consequências, instituições religiosas que atuam em causas que também são apoiadas pelo estado não podem receber qualquer auxílio deste. Assim, qualquer forma de caridade que seja apoiada pela igreja deve ser excluída de qualquer programa de apoio estatal.

Segundo, não há qualquer distinção entre avanço de religião e de liberdade religiosa. Então, uma lei que dá aos funcionários do governo opção de tirar folgas em dias de observância religiosa promoveria religião, apesar de não obrigar ninguém a qualquer prática religiosa, apenas retiraria obstáculos ao exercício religioso. Assim, os funcionários teriam maior liberdade religiosa<sup>44</sup>. Por outro lado, a exigência que funcionários públicos afirmem sua crença em Deus promove religião por privilegiar os teístas e penalizar os ateístas<sup>45</sup>.

---

<sup>41</sup> *Thomas v. Review Bd.*, 450 U.S. 707, 726 (1981)

<sup>42</sup> Michael A. Paulsen, *Religion, Equality, and the Constitution: An Equal Protection Approach to Establishment Clause Adjudication*, 61 *Notre Dame Law Review*. 311, (1986), pág. 332

<sup>43</sup> *Everson*, 330, U.S. at 15

<sup>44</sup> *Ansonia Board of Education v. Philbrook*, 479 U.S. 60 (1986)

<sup>45</sup> *Tocarso v. Watkins*, 367 U.S. 488 (1961)

Entretanto, a segunda parte do teste não distingue entre essas duas formas de promoção de religião, o que interfere na capacidade do governo de acomodar práticas religiosas.

A terceira parte do teste proíbe entrelaçamento excessivo entre estado e religião. O objetivo dessa parte do teste é minimizar os efeitos da ação governamental em práticas religiosas. Entretanto, a jurisprudência da Corte alterou a terceira parte do teste para impedir qualquer benefício à religião que crie controvérsias políticas. Esse entendimento foi criticado, pois dava a possibilidade dos oponentes aos interesses religiosos de, por apenas se opor a certa política pública ou legislação, fazer com que estas se tornem inconstitucionais.

Outro teste que teria surgido para aprimorar as decisões da Suprema Corte seria o denominado “Endorsement Test”, que surgiu no julgamento de *Lynch vs. Donnelly*<sup>46</sup> e apareceu em casos subsequentes<sup>47</sup>. Segundo o entendimento da Justice O’Connor:

“Endorsement sends a message to nonadherents that they are outsiders, not full members of the political community, and an accompanying message to adherents that they are insiders, favored members of the political community. Disapproval sends the opposite message.”<sup>48</sup>

Esse teste, *prima facie*, tem seus méritos, uma vez que foca em como uma política pública governamental afeta a minoria religiosa. Entretanto, este teste apresenta algumas questões problemáticas, segundo Michael W. McConnell.

Primeiro, não há uma definição ao que seria “endorsement”. Entender se certa política pública ou legislação governamental parece aprovar ou desaprovar certa religião depende do ponto de vista de quem observa essas ações, uma vez que não há posição neutra fora da cultura em que o indivíduo vive que poderia servir como base para o Endorsement Test.

Um exemplo dessa questão são as escolas públicas que não ensinam a teoria da evolução. A Suprema Corte entende que consiste em apoio a religião a escola não ensinar a teoria da evolução, uma vez que a descrença na teoria da evolução seria um pilar do fundamentalismo cristão<sup>49</sup>. Por outro lado, um fundamentalista cristão pode entender que o ensino da evolução em escolas públicas sem sequer apresentar as objeções daqueles que acreditam em criacionismo viola suas crenças religiosas.

---

<sup>46</sup> *Lynch*, 465 U.S. at 688

<sup>47</sup> *Grand Rapids*, 473 US at 389-390; *Mergens*, 110 S Ct at 2371-2372; *Edwards*, 482 US at 587; *Allegheny*, 492 US at 592-593

<sup>48</sup> *Lynch*, 465 U.S. at 688

<sup>49</sup> *Epperson*, 393 US at 107-109



Outro exemplo seriam os casos de auxílio financeiro para as escolas paroquiais. A Suprema Corte entendeu na maioria dos casos que não é possível que o estado preste tal forma de auxílio às escolas públicas. Entretanto, garantir auxílio para escolas laicas e não garantir para escolas igualmente qualificadas, mas com currículo que também tenham matérias de cunho religioso cria uma aparência de desaprovação.

Em ambos os exemplos acima citados nos deparamos com casos em que qualquer que seja a decisão tomada há uma mensagem aprovando ou desaprovando religião dependendo do ponto de vista de cada indivíduo.

Ademais, o Endorsement Test também seria enviesado em favor de religiões mais populares ou mais estabelecidas, uma vez que estas são mais familiares ao público e portanto qualquer mensagem governamental dificilmente seria interpretada como apoiando ou desaprovando certa religião. Essa crítica é consequência da falta de parâmetros para definir o que seria o apoio que o teste busca evitar, o que torna a observação subjetiva de cada um. Dessa forma, se a análise é subjetiva, é de se esperar que religiões que sejam mais comuns e que tenham maior exposição pública sejam vistas com naturalidade.

Esse foi o caso de *Lynch vs. Donnelly*<sup>50</sup>. No caso em questão, foi debatido se a prefeitura poderia ser dona e exibir um presépio junto com outras exibições natalinas em um espaço aberto ao público. Esse caso é considerado “hard case”, pois o contexto no qual o presépio foi apresentado diluiu sua mensagem religiosa. No caso em questão, o referido presépio era apresentado junto com mensagens de boas festas em um shopping center o que foi fundamental para que a Justice Sandra O’Connor argumentasse que a exibição do presépio não violasse a Establishment Clause<sup>51</sup>. Além disso, o fato de que a prefeitura elaborava o espetáculo em colaboração com a associação dos comerciantes locais, deixou claro que toda a exibição tinha um fim comercial, e não de propagação de ideias religiosas.

Outro caso decidido pelo Endorsement Test foi *Wallace v. Jaffre*<sup>52</sup>. No caso em questão, se discutia a constitucionalidade de uma lei do Estado do Alabama que garantia um minuto de silêncio ou orações voluntárias no começo da primeira aula do dia em todas as escolas públicas. A lei dizia o seguinte:

---

<sup>50</sup> 104 S.Ct. 1335 (1984)

<sup>51</sup> *Lynch*, 104 S.Ct. at 1369

<sup>52</sup> 105 S. Ct. 2479(1985)

“At the commencement of the first class of each day in all grades in all public schools the teacher in charge of the room in which the class is held may announce that a period of silence not to exceed one minute in duration shall be observed for meditation or voluntary prayer, and during such period no other activities shall be engaged in.”<sup>53</sup>

A Corte decidiu que a lei em questão geraria um apoio ao teísmo, o que seria vedado pela Establishment Clause. Essa decisão foi fortemente influenciada pelo fato de que havia fortes indícios que essa lei visava contornar decisões anteriores da Corte proibindo orações em escolas públicas. Essa conclusão veio do fato que anteriormente havia uma lei que já permitia um minuto de silêncio para meditação<sup>54</sup>, além de discursos proferidos pelo governador do Estado afirmando que o objetivo da lei é permitir orações em sala de aula. A Corte entendeu que, como já havia lei que permitia um minuto de silêncio para meditação, o propósito da lei em questão seria o de promover orações em escolas públicas.

Diante do exposto, podemos ver que o debate acerca da laicidade do estado nos Estados Unidos continua em aberto. A Corte buscou aplicar diversos testes para decidir sobre a constitucionalidade de certa lei, mas que com o passar do tempo tais testes deixam de ser usados por problemas de consistência que surgem. No que concerne às escolas públicas, a Corte também tem aplicados tais testes, sendo certo que a questão ainda se encontra em aberto.

## O MODELO FRANCÊS

Segundo Jean Baubérot<sup>55</sup>, a história da laicidade na França se confunde com a história da identidade francesa. A França moderna e seu entendimento de laicidade tem começo com a Revolução Francesa de 1789, em que emergiu a ideia de “cidadão abstrato”, que é despido de suas convicções, especialmente religiosas. Surge assim, o conflito entre a França Católica e a França tem seus valores na Revolução.

<sup>53</sup> Ala. Code § 16-1-20.1 (Supp. 1985)

<sup>54</sup> Jaffre, 105 S. Ct. At 2481-2482; Ala. Code § 16-1-20 (Supp. 1985)

<sup>55</sup> BAUBÉROT, JEAN. La Laïcité en France: Histoire et Défis Actuels, Disponível em <[http://utcp.c.u-tokyo.ac.jp/publications/pdf/UTCPBooklet7\\_027-048\\_.pdf](http://utcp.c.u-tokyo.ac.jp/publications/pdf/UTCPBooklet7_027-048_.pdf)>. Acesso em 20 nov. de 2016, 11:42:00

Nesse sentido, o autor destaca a diferença entre a Declaração de Independência Americana (1776) e a Declaração de Direitos da França. Na primeira, é afirmado que Deus dá ao homem direitos inalienáveis. Dessa forma, Deus é autor dos direitos do homem e ninguém poderá os anular. Por outro lado, na Declaração de Direitos da França, os direitos do homem são feitos na presença e sobre os auspícios de Deus. Dessa forma, Deus não é o autor dos direitos.

Tal distinção se deve, na visão do autor, pela diferença do panorama religioso entre ambos os países. Nos Estados Unidos, a pluralidade de denominações protestantes faz com que Deus não fosse propriedade exclusiva de nenhuma delas. Assim, Deus pode ser autor dos direitos do homem sem que haja o risco de uma organização se sobreponha sobre a sociedade e sobre o estado. Por outro lado, na França, a Igreja Católica tinha o monopólio religioso desde a revogação do Edito de Nantes em 1685, que proibiu o protestantismo. Dessa forma, na ótica francesa, há uma auto revelação dos direitos do homem, de forma a evitar que a Igreja Católica se tornasse a intérprete legítima destes.

No início do século XIX, se busca a reconciliação entre a França Católica e a França partidária da Revolução. São estabelecidas relações jurídicas entre as Igrejas e o Estado, que criam um sistema de semi laicidade que o autor chama de “primeira etapa da laicidade”. O compromisso comportava os seguintes aspectos:

1. A lei era laica, mas a moral era religiosa. Os códigos promulgados na época não faziam qualquer referência à religião, mas algumas religiões eram oficialmente reconhecidas e nas escolas públicas se ministrava a matéria obrigatória de “moral religiosa”.
2. Havia liberdade de consciência, mas o catolicismo era reconhecido como a religião da maioria dos franceses. Assim, o Catolicismo se torna a religião semi oficial do Estado, que exerce sobre ela seu controle. As outras religiões reconhecidas, por outro lado, são organizadas segundo o mesmo modelo da Igreja Católica.

Ao longo do século XIX, no que concerne à laicidade do estado, se viu algo chamado de “conflito entre duas franças”. Tal conflito não se configurou entre crentes e não crentes, uma vez que este segundo grupo era numericamente minoritário, mas entre duas visões distintas da nacionalidade francesa. Para o catolicismo militante, a França deveria retornar à sua identidade católica reconhecendo esta como sua religião oficial, como ocorria antes da Revolução. Para outros, que entendiam que a religião era uma questão individual e não uma questão de identidade nacional, pois esta era herança da Revolução de 1789 e seus valores.

Eram partidários desse entendimento tanto os não crentes, quanto as minorias religiosas, além de católicos moderados.

Nesse contexto, a República não era vista apenas como um regime político, mas como o regime que representava a herança da Revolução, ou seja, sem uma identidade religiosa institucional. A Monarquia, por outro lado, era vista como a representação da França católica.

Assim, a instauração da Terceira República é acompanhada de um discurso anticlerical. A lei de 28 de março de 1882, que torna a escola pública laica, é um marco do conflito entre as duas França, uma vez que substitui o curso de moral religiosa pelo curso de moral laica, ou nas palavras de Jules Ferry “la morale se tient debout toute seule”.

Com a criação da lei de 1905, há a “segunda etapa da laicidade”. Com tal lei, há o fim do status semi oficial da Igreja Católica. Esta não é mais reconhecida como a religião da maioria dos franceses. Além disso, os clérigos das religiões reconhecidas não são mais assalariados (artigo 2º da lei). Nesse momento da história, o estado francês se tornou completamente laico.

Apesar de tirar o status semi oficial da Igreja Católica, a lei tinha um caráter conciliatório e não anticlerical. A lei de 1905 põe fim aos meios de controle sobre o clero. O art. 1º da lei de 1905 garantia a liberdade de consciência e a garantia ao livre exercício de culto. Além disso, a lei garantia a autonomia de organização interna de cada religião (art. 4º).

No início do século XX, há uma progressiva reconciliação entre as duas França, ao ponto que tanto a constituição da Quarta República quanto a da Quinta República mencionam que a França é uma república laica. Essa caracterização é essencial, uma vez que constitucionaliza a laicidade que se torna um valor comum na nação.

Em 1959, foi promulgada a lei Debré, segundo a qual, o Estado poderia subvencionar escolas privadas. Para tal, as escolas deveriam firmar um contrato com o Estado, segundo o qual a escola se obriga a respeitar a liberdade de consciência dos alunos, assim como se obriga a ensinar as mesmas matérias das escolas públicas. Mesmo assim, as escolas privadas ainda poderiam guardar seu caráter próprio, ou seja, um projeto pedagógico baseado em uma moral religiosa e oferecer aos alunos cursos de religião.

A terceira etapa de laicidade surge entre os anos 60 e final dos anos 80. Durante este período, quatro datas são importantes para explicar essa etapa. A primeira é 1962, ano no qual há o fim da Guerra de Independência da Argélia, em que este se torna independente. A segunda data é 1968, anos que ocorreram as revoltas anti-institucionais dos estudantes, que abalaram o ideal de escola republicana justamente porque questionava a autoridade do professor.

A terceira data é 1975, em que se pode considerar findo o período de reconstrução posterior à segunda guerra, marcado por forte crescimento e pleno emprego. Durante esse período, houve uma grande imigração de homens de religião e cultura muçulmana, especialmente do norte da África. Em decorrência da crise econômica, foram feitas mudanças na política de imigração. Por sua vez, os imigrantes se viram sem a possibilidade de transitar com facilidade entre a França e seu país de origem, o que os obrigou a trazer suas famílias para a metrópole e se instalar de forma definitiva.

Em 1989, ocorreram dois eventos internacionais que tiveram ampla repercussão em território francês. Primeiro, a queda do muro de Berlim significou o fim da dicotomia entre países ocidentais e países comunistas, assim como significou o fim da ameaça que esses países representavam. Segundo, o escritor Salman Rushdie publicou seu livro *Versos Satânicos* e teve contra si expedido um *fatwa* o condenando a morte pelo líder supremo do Irã, o Imã Khomeiny. Esse *fatwa* criou um mal estar na intelligentsia francesa que viu no islamismo uma ameaça à liberdade de pensamento. Assim, o islamismo ganha uma aparência de ameaça em face de uma das liberdades republicanas mais importantes.

Nesse mesmo ano, um incidente de insubordinação escolar assumiu caráter de questão nacional quando três alunas muçulmanas se recusaram a obedecer às ordens do diretor da escola de tirar o véu islâmico. Esse episódio se tornou catalizador de algumas questões que vinham já vinham se acumulando. Primeiro, o véu se tornou símbolo da nova ameaça islâmica contra as liberdades republicanas e laicas de pensamento e igualdade entre homem e mulher. Segundo, a insubordinação das alunas pode ser considerada como um efeito perverso das revoltas estudantis de 1968, no qual a autoridade do professor foi questionada.

Ademais, esse episódio deixou visível o fato que a imigração dos países do norte da África mudou de natureza, uma vez que tais populações se instalaram de vez na França, não sendo apenas uma mão-de-obra passageira. A presença dessa população de origem muçulmana muitas vezes não era bem vista por parte da população francesa, uma vez que a

descolonização de algumas colônias, especialmente a Argélia, se deu de forma violenta, o que contribuiu para a identificação da população de origem mulçumana como uma ameaça à identidade nacional francesa.

Por último, outra questão levantada em relação a este incidente, foi a igualdade entre homens e mulheres, uma vez que parte da população via o véu islâmico como uma prova da inferiorização das mulheres. Outra parte da população via apenas como uma escolha privada que deveria ser livre.

Em 27 de novembro de 1989, o Conselho de Estado expediu uma circular afirmando que o porte do véu islâmico em escolas públicas é compatível com o princípio da laicidade, conquanto não tenham o condão de pressionar, provocar, ou ser um ato de proselitismo, ou de propaganda, conforme o trecho abaixo transcrito da circular em questão:

“dans les établissements scolaires, le port par les élèves de signes par lesquels ils entendent manifester leur appartenance à une religion n’est pas par lui-même incompatible avec le principe de laïcité, dans la mesure où il constitue l’exercice de la liberté d’expression et de manifestation de croyances religieuses, mais que cette liberté ne saurait pas permettre aux élèves d’arborer des signes d’appartenance religieuse qui, par leur nature, par les conditions dans lesquelles ils seraient portés individuellement ou collectivement, ou par leur caractère ostentatoire ou revendicatif, constitueraient un acte de pression, de provocation de prosélytisme ou de propagande, porteraient atteinte à la dignité ou la liberté de l’élève ou d’autres membres de la communauté éducative, compromettraient leur santé ou leur sécurité, perturberaient le déroulement des activités d’enseignement et le rôle éducatif des enseignants, enfin troubleraient l’ordre dans l’établissement ou le fonctionnement normal de service public.”<sup>56</sup>

Com a formação da Comissão Stasi, que produziu um relatório acerca da aplicação do princípio da laicidade na república, foi criada a lei de 15 de março de 2004, chamada “loi de laïcité” que impediu o porte de símbolos religiosos visíveis na escola pública. Diferentemente da circular anterior, a lei decorrente da Comissão Stasi não regulava a forma com que o símbolo religioso era apresentado, mas regulava o próprio símbolo religioso.

Diante do exposto, é possível ver que a laicidade na França se confunde com a identidade nacional, sendo ambas fruto de processos históricos de confronto entre grupos com interesses antagônicos. Com o início do século XX, houve um apaziguamento entre ambos os grupos e a laicidade passou a ser definitivamente parte da identidade francesa. Entretanto,

---

<sup>56</sup> França. Avis n° 346.893, de 27 de novembro de 1989. Disponível em: <[http://mafr.fr/IMG/pdf/CE\\_27\\_11\\_1989.pdf](http://mafr.fr/IMG/pdf/CE_27_11_1989.pdf)>. Acesso em 20 nov. 2016, 11:48:00.

com o aumento da imigração muçulmana a laicidade, especialmente no contexto das escolas públicas voltou a ser objeto de disputas.

## **EDUCAÇÃO RELIGIOSA EM ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL**

No Brasil, as constituições sempre contiveram dispositivos que tratavam da relação entre estado e entidades religiosas. A constituição imperial previa em seu artigo 5º a liberdade religiosa, entretanto, não permitia a existência de templos estranhos à religião Católica Apostólica Romana, que foi instituída como a religião oficial. Além disso, a constituição incidia no regalismo, uma vez que competia ao Imperador “nomear os Bispos, e prover os Benefícios Ecclesiasticos” (art. 102, II) assim como “conceder ou negar o beneplácito a actos da Santa Fé”.

O sistema de separação entre estado e igreja passou a vigor com o Decreto nº 119, de 17 de janeiro de 1890. A constituição de 1891 proibia, em seu art. 11, §2º, que o estado estabelecesse, subvencionasse ou embaraçasse o exercício de cultos religiosos. Também trouxe a liberdade de culto, a exclusividade do casamento civil para fins de reconhecimento pelo Estado, a administração pública de cemitérios, e o ensino leigo nos estabelecimentos públicos (art. 72).

A constituição de 1934 mantém a laicidade do estado (art. 17, II e III) e traz a liberdade religiosa como direito individual (art. 113, item 4, 5, 6, e, 7). Tais disposições são mantidas na constituição de 1937.

A constituição de 1967 trouxe a proibição de discriminação em razão de credo religioso (art. 153, §1º), que foi repetida na constituição de 1969.

A constituição de 1988, por sua vez, trata da liberdade religiosa no artigo 5º, VI, VII e VIII, artigo 19, I, artigo 143, §1º e §2º, artigo 150, VI, “b” e artigo 210, §1º, art. 213, caput, e inciso II, e artigo 226, §2º, além da referência no preâmbulo “sob a proteção de Deus”.

O artigo 5º, VI da CRFB/88 consigna que:

“VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias”

A partir de tal artigo, é possível se depreender que a constituição consagra três direitos: liberdade de consciência, a liberdade de crença e a liberdade de culto. Sobre tais liberdades, discorre José Afonso da Silva<sup>57</sup>:

“Na liberdade de crença entra a liberdade de escolha da religião, a liberdade de aderir a qualquer seita religiosa, a liberdade (ou o direito) de mudar de religião, mas também compreende a liberdade de não aderir a religião alguma, assim como a liberdade de descrença, a liberdade de ser ateu e de exprimir o agnosticismo. (...) a religião não é apenas sentimento sagrado puro. Não se realiza na simples adoração a Deus. Ao contrário, ao lado de um corpo de doutrina, sua característica básica se exterioriza na prática de ritos, no culto, com suas cerimônias, manifestações, reuniões, fidelidades aos hábitos, às tradições, na forma indicada pela religião escolhida.”

No mesmo diapasão afirma Celso Ribeiro Bastos:

“liberdade de consciência não se confunde com a de crença. Em primeiro lugar, porque uma consciência livre pode determinar-se no sentido de não ter

<sup>57</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito constitucional positivo*. 17ªed. São Paulo: Malheiros, 2000. P. 250 - 256



crença alguma. Deflui pois da liberdade de consciência uma proteção jurídica que inclui os próprios ateus e os agnósticos.

De outra parte, a liberdade de consciência pode apontar para uma adesão a valores morais e espirituais que não passam por sistema religioso algum exemplo disso são os movimentos pacifistas que, embora tendo por centro o apego à paz e o banimento da guerra, não implica uma fé religiosa.”<sup>58</sup>

A liberdade de culto, por sua vez, pode ser definido como:

“toda religião contém um segundo elemento: o rito ou culto. Para que a liberdade religiosa exista, é preciso que cada um seja inteiramente livre para praticar qualquer culto religioso, que ninguém possa ser molestado por ele, nem impedido, direta ou indiretamente, de praticar o culto correspondente a suas crenças religiosas, e, o inverso. (...) a liberdade religiosa é, pois, encarada assim, essencialmente a liberdade de culto.”<sup>59</sup>

É importante ressaltar que a liberdade de culto não resguarda apenas os locais de culto ou ao culto como reunião com fins religiosos, mas também abarca práticas que transcendem locais de oração, como normas de conduta e de moral.

Dessa forma, é importante ressaltar os ensinamentos de Jorge Miranda, segundo o qual:

“A liberdade religiosa não consiste apenas em o Estado a ninguém impor religião ou a ninguém impedir de professar determinada crença. Consiste ainda, por um lado, em que o Estado permitir ou propiciar a quem seguir determinada religião o cumprimento dos deveres que dela decorrem (em matéria de culto, de família ou de ensino, por exemplo) em termos razoáveis. (...) Se o Estado, apesar de conceder aos cidadãos, o direito de terem uma religião, os puser em condições que os impeçam de a praticar, aí haverá liberdade religiosa.”<sup>60</sup>

Podemos ver, portanto, que a liberdade religiosa exige do estado tanto uma abstenção de fazer, quanto um dever fazer. Na sua vertente negativa, é imposto um dever de abstenção por parte do estado assim como dos particulares, ao passo que em sua vertente positiva, se requer do estado e dos particulares uma prestação de forma a propiciar a efetivação do direito.

Além disso, é importante ressaltar que não é apenas o indivíduo o titular da liberdade religiosa. As entidades religiosas também são protegidas por tais disposições. Nesse sentido, a constituição brasileira garante a liberdade de religião no artigo 19, I quando garante a liberdade de auto-organização das organizações religiosas.

---

<sup>58</sup> BASTOS, C.R., MARTINS, I.G., *Comentários à Constituição do Brasil*, SP: Saraiva, 1988/1989 pág. 127, vol.2

<sup>59</sup> DUGUIT, Leon. *Manual de derecho constitucional*. Granada: Comares, 2005, 232 – 233

<sup>60</sup> MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Tomo IV, 2ª ed. Coimbra: Coimbra, 1998, p. 359.

Fabiana Maria Lobo da Silva<sup>61</sup> divide a liberdade religiosa em direitos individuais e coletivos, e cada uma dessas categorias em categorias menores, vejamos

**a) Direitos individuais de liberdade religiosa:** **a.1)** direito de ter, não ter e deixar de ter religião; **a.2)** direito de praticar ou não praticar os atos de culto, em particular ou em público, próprios da religião professada; **a.3)** direito de professar a própria crença religiosa, procurar para ela novos crentes, exprimir e divulgar livremente, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, o seu pensamento em matéria religiosa; **a.4)** direito de informar e se informar sobre religião, aprender e ensinar religião; **a.5)** direito de se reunir, manifestar-se e associar-se com outros de acordo com as próprias convicções em matéria religiosa<sup>62</sup>; **a.6)** direito de viver de acordo com os princípios ordenadores de sua religião; **a.7)** direito de arguir objeção de consciência<sup>63</sup>; **a.8)** direito de ter assistência religiosa em situações especiais<sup>64</sup>; **a.9)** direito de educar os filhos em coerência com as próprias convicções em matéria religiosa, no respeito da integridade moral e física dos filhos e sem prejuízo da saúde destes; **a.10)** direito de ser dispensado do trabalho, de aulas e de provas por motivo religiosos.

**b) Direitos coletivos de liberdade religiosa:** **b.1)** direito à liberdade de auto-organização das confissões religiosas; **b.2)** direito à liberdade para fundar Igrejas, comunidades religiosas, seminários e outros estabelecimentos de formação cultural ou religiosa, bem como instituições de beneficência ou humanitárias adequadas; **b.3)** direito à liberdade no exercício das suas funções e do culto, sem a interferência do Estado e de terceiros; **b.4.)** direito à liberdade de exercer atividades com fins não religiosos, mas que sejam instrumentais, consequentes ou complementares das suas funções religiosas; **b.5)** direito a isenções fiscais.<sup>65</sup>

Por sua vez, Jayme Weingartner Neto<sup>66</sup> afirma que a liberdade religiosa compreende a dimensão de direitos subjetivos, que podem ser divididos em (i) direitos subjetivos individuais e (ii) direitos subjetivos das pessoas jurídicas, portanto esse autor apresenta uma

---

<sup>61</sup> LOBO DA SILVA, Fabiana Maria. Liberdade de Religião e o ensino religioso nas escolas públicas de um estado laico. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/512459/001041605.pdf?sequence=1>> . Acesso em 20 nov. 2016, 12:25:00

<sup>62</sup> Segundo a autora, à esse direito se aplicam as restrições previstas nos artigos, 5º XVI e XVII da CRFB/88

<sup>63</sup> Expressamente previsto na constituição no art. 5º, VIII

<sup>64</sup> Expressamente previsto pela constituição no art. 5º, VII.

<sup>65</sup> Previsto expressamente na constituição no art. 150, VI, “b”.

<sup>66</sup> WEINGARTNER NETO, Jayme. Ensino Religioso nas Escolas Públicas: a Tensão do Caso Brasileiro. Disponível em <[http://www.revistaladerechoyreligion.com/ojs/ojs-2.4.6/index.php/RLDR/article/view/18/pdf\\_1](http://www.revistaladerechoyreligion.com/ojs/ojs-2.4.6/index.php/RLDR/article/view/18/pdf_1)> . Acesso em 20 nov. 2016, 12:32:00

categorização igual a da Maria Lobo da Silva, mas também afirma que a liberdade religiosa compreende um vetor objetivo, que apresenta três vertentes, quais sejam (i) princípios, (ii) deveres de proteção, (ii) garantias institucionais.

No que concerne ao princípios, o autor entende que são princípios da liberdade religiosa (i) o princípio da separação, que afirma que entidades religiosas estão separadas da estrutura e da organização político-administrativa do estado, (ii) princípio da não-confessionalidade, (iii) princípio da cooperação, segundo o qual o estado poderá colaborar com entidades religiosas para a promoção de princípios e direitos e garantias fundamentais, (iv) princípio da solidariedade, que se materializa pela limitação do poder estatal de tributar, (v) princípio da tolerância, segundo o qual o poder público e os particulares tem o dever de não perseguir e não discriminar os titulares de direito subjetivo à liberdade religiosa.

Em relação às garantias institucionais, o autor entende que as liberdades religiosas protegem (i) a liberdade religiosa individual, (ii) liberdade religiosa coletiva, (iii) igualdade, (iv) diversidade e pluralismo religioso.

No que tange aos deveres de proteção, o referido autor entende que as relações entre estado e entidades religiosas devem se pautar (i) na proteção de indivíduos, (ii) na proteção da entidade civil contra abusos e (iii) criação de condições para que as confissões religiosas desempenhem suas missões.

No Brasil, o ensino religioso em escolas públicas é regulado pelo artigo 210, §1º<sup>67</sup> da CRFB/88 e pelo artigo 33 da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O artigo 33 da lei 9.394/96, em sua redação original, dizia:

“O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais de escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I – confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

---

<sup>67</sup> “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.”

II – interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.”

O Conselho Nacional de Educação (CNE), ainda na vigência dessa redação, por meio do parecer CNE nº 05/97, aprovado em 11.03.97, se pronunciou no sentido de que não poderia haver ônus aos cofres públicos pela oferta da disciplina pelos seguintes motivos:

“a) haveria violação ao art. 19 da CF que veda a subvenção a cultos religiosos e a igrejas; b) criaria um tratamento desigual do Estado com relação às diversas igrejas, porque a subvenção seria desproporcional à demanda. Como o professor seria pago por hora curricular de trabalho, um ou dois alunos de uma religião demandariam o mesmo gasto do Estado do que trinta ou quarenta de outra, já que a lei garante a confessionalidade e a opção dos alunos; c) finalmente, havendo disposição de pagamento pelo Estado, poder-se-ia chegar ao absurdo de o ensino religioso para dezenas de denominações diferenciadas com demanda na escola ser mais oneroso que o ensino de outras matérias com maior carga horária.”<sup>68</sup>

Segundo Carlos Roberto Jamil Cury<sup>69</sup>, essa redação desagradou diversas autoridades religiosas, especialmente as católicas, que buscaram a alteração da redação do artigo em questão. Assim, o Poder Executivo, mediante a lei 9.475/97, alterou o artigo 33 da lei 9.394/96 que passou a ter a seguinte redação:

“O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.”

Foram mantidas os requisitos de oferta obrigatória e matrícula facultativa nos horários normais aos alunos, mas a nova redação do referido artigo é omissa quanto ao ônus financeiro pela oferta da disciplina. Além disso, a nova redação veda expressamente o proselitismo e obriga o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil.

<sup>68</sup> BRASIL. Parecer CNE nº 05/97 de 16 de maio de 1997. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PNCP0597.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2016, 09:20:00

<sup>69</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recente. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a12.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2016, 12:49:00

Também sobre essa nova redação, ficou claro que a normatização do conteúdo e a habilitação docente fica a cargo dos sistemas de ensino. Nesse sentido foi o pronunciamento do CP/CNE nº 097/99:

“Nesta formulação a matéria parece fugir à competência deste Conselho, pois a questão da fixação de conteúdos e habilitação e admissão dos professores fica a cargo dos diferentes sistemas de ensino. Entretanto, a questão se recoloca para o Conselho no que diz respeito à formação de professores para o ensino religioso, em nível superior, no Sistema Federal de Ensino. (...) A Lei nº 9.475 não se refere à formação de professores, isto é, ao estabelecimento de cursos que habilitem para esta docência, mas atribui aos sistemas de ensino tão somente o estabelecimento de normas para a habilitação e admissão de professores. (...) Considerando estas questões é preciso evitar que o Estado interfira na vida religiosa da população e na autonomia dos sistemas de ensino. (...) Esta parece ser, realmente, a questão crucial: imperiosa necessidade, por parte do Estado, de não interferir e, portanto, não se manifestar sobre qual o conteúdo ou a validade desta ou daquela posição religiosa, de decidir sobre o caráter mais ou menos ecumênico de conteúdos propostos. (...) não cabe à União determinar, direta ou indiretamente, conteúdos curriculares que orientem a formação religiosa dos professores, o que interferiria tanto na liberdade de crença como nas decisões dos estados e municípios referentes à organização dos cursos em seus sistemas de ensino, não lhe compete autorizar, nem reconhecer, nem avaliar cursos de licenciatura em ensino religioso, cujos diplomas tenham validade nacional.”<sup>70</sup>

Dessa forma, o Estado do Rio de Janeiro promulgou a lei 3.459/00 que regulamentou o ensino religioso nas escolas estaduais. Tal lei adotou o modelo confessional, segundo o qual a disciplina é oferecida seguindo conteúdos e lecionada por professores de cada credo. O artigo 1º da referida preceitua que:

“O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina obrigatória dos horários normais das escolas públicas, na Educação Básica, sendo disponível na forma confessional de acordo com as preferências manifestadas pelos responsáveis ou pelos próprios alunos a partir de 16 anos, inclusive, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Rio de Janeiro, vedadas quaisquer formas de proselitismo

Parágrafo único. No ato da matrícula, os pais, ou responsáveis pelos alunos deverão expressar, se desejarem, que seus filhos ou tutelados frequentem as aulas de Ensino Religioso”

Assim, os alunos que se dispõem a frequentar a disciplina são separados conforme sua declaração de credo. Em 2004, foi realizado concurso público para professor de ensino

<sup>70</sup> BRASIL. Parecer nº CP 097/99, de 18 de maio de 1999. Disponível em < [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp097\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp097_99.pdf) > Acesso em 20 nov. 2016, 12:51:00

religioso para a rede estadual de ensino. As 500 vagas disponíveis foram divididas em “credo católico”, “credo evangélico” e “outros credos”<sup>71</sup>.

O papel das autoridades religiosas, expressão utilizada pela lei, é fundamental na lei do Rio de Janeiro. Cabe a estas a definição do conteúdo programático e o credenciamento dos professores. Assim, no concurso de 2004, havia o requisito de aval de uma autoridade religiosa.

Nesse sentido, o artigo 2º da lei prevê que os professores devem ser credenciados pelas autoridades religiosas:

“Só poderão ministrar aulas de Ensino Religioso nas escolas oficiais, professores que atendam às seguintes condições:

I – Que tenham registro no MEC, e de preferência que pertençam aos quadros do Magistério Público Estadual;

II – tenham sido credenciados pela autoridade religiosa competente, que deverá exigir do professor, formação religiosa obtida em Instituição por ela mantida ou reconhecida”

Por seu turno, o artigo 3º prevê que a definição do conteúdo do ensino religioso é atribuição específica das autoridades religiosas:

“Art. 3º Fica estabelecido que o conteúdo do ensino religioso é atribuição específica das diversas autoridades religiosas, cabendo ao Estado o dever de apoiá-lo integralmente”

Por seu turno, o artigo 5º da lei 3.459/00 autoriza o poder público a realizar concurso para selecionar os professores de ensino religioso, sendo que os salários dos professores de tais matérias deve ser compatível com os demais professores da rede estadual. Nesse sentido o referido artigo, *in verbis*:

“Fica autorizado o Poder Executivo a abrir concurso público específico para a disciplina de Ensino Religioso para suprir a carência de professores de Ensino Religioso para a regência de turmas na educação básica, especial, profissional e na reeducação, nas unidades escolares da Secretaria de Estado de Educação, de Ciência e Tecnologia e de Justiça, e demais órgãos a critério do Poder Executivo Estadual. Parágrafo Único – A remuneração dos professores concursados obedecerá aos mesmos padrões remuneratórios de pessoal do quadro permanente do Magistério Público Estadual.”

Por último, outra norma legal relevante para o tema em estudo é o “Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no

---

<sup>71</sup>GIUMBERLLI, Emerson. *Ensino Religioso em Escolas Públicas no Brasil: notas de pesquisa*. Debates do NER, 14:50-68

Brasil”, que foi aprovado por meio do Decreto Legislativo nº 698/2009 e promulgado pela Presidência da República por meio do Decreto nº 7.107/2010.

Dentre os diversos artigos presentes na Concordata, se destaca o artigo 11 e seu §1º, segundo a República Federativa do Brasil respeita a importância do ensino religioso como meio de formação integral da pessoa<sup>72</sup>.

Esse cenário normativo está sendo impugnado no STF, por meio de duas ADI’s que se analisará doravante.

Na ADI 4439, a Procuradoria-Geral da República pleiteia a interpretação conforme a constituição do art. 33, caput e §§1º e 2º, da Lei nº 9.394/96, para que estes artigos sejam interpretados de tal forma que o ensino religioso em escolas públicas só pode ser de natureza não-confessional, com proibição de admissão de professores na qualidade de representantes de entidades religiosas e que interprete o artigo 11, §1º do “Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil” de forma que o ensino religioso em escolas públicas só pode ser de natureza não-confessional, ou declare a inconstitucionalidade do trecho “católico e de outras confissões religiosas”.

A tese apresentada pela PGR é a de que:

“a única forma de compatibilizar o caráter laico do Estado brasileiro com o ensino religioso nas escolas públicas é através da adoção do modelo não-confessional, em que o conteúdo programático da disciplina consiste na exposição das doutrinas, das práticas, da história e de dimensões sociais das diferentes religiões – bem como de posições não-religiosas, como o ateísmo e o agnosticismo – sem qualquer tomada de partido por parte dos educadores. Estes, por outro lado, devem professores regulares da rede pública de ensino, e não pessoas vinculadas às igrejas ou confissões religiosas.”

Segundo a PGR, o ensino não poderia ser interconfessional ou ecumênico, uma vez que, apesar de não promover uma confissão específica, tem por objetivo promover princípios e valores religiosos partilhados pela maioria, com prejuízo às visões ateístas, agnósticas e de religiões com menor poder de influência.

---

<sup>72</sup>“A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa. §1º. O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação.”

Além disso, a PGR defende que a melhor forma que o ensino religioso cumpra o fim da educação, que conforme o artigo 205 da Constituição são o “pleno desenvolvimento da pessoa” e o “preparo para o exercício da cidadania” é “implementando práticas educacionais voltadas a municiar crianças e adolescentes de informações necessárias neste campo, para que cada uma delas possa fazer as suas próprias escolhas pessoais, em tema tão importante da vida humana”.

A procuradoria também afirma que a previsão de que o ensino deve ser facultativo não seria suficiente para evitar doutrinação, uma vez que crianças e adolescentes são mais suscetíveis às opiniões de professores e autoridades escolares, preferindo acompanhar a prática de comportamentos da maioria do que exercer seu direito de não acompanhar uma aula de ensino religioso.

Em relação especificamente ao artigo 11, §1º, da Concordata, a PGR entende que a leitura mais óbvia de tal artigo seria no sentido de que deveria ser adotado o ensino da religião católica e de outros credos nas escolas públicas. Dessa forma, a Procuradoria requer a interpretação do citado artigo de tal forma que o ensino seja não-confessional de religiões e haja espaço para exposição e discussão, sem qualquer proselitismo. Na hipótese desse pleito não ser adotado, a procuradoria requer a declaração da inconstitucionalidade parcial com redução de texto para suprimir a expressão “católico e de outras confissões religiosas”.

Por outro lado, na ADI 3268, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE busca impugnar os artigos 1º, 2º e 3º da lei 3.459/00 do Estado do Rio de Janeiro.

Os argumentos apresentados são o de que a referida lei viola o artigo 22, XXIV, da CRFB/88<sup>73</sup>, pois estabelece diretrizes e bases para a definição do conteúdo a ser ministrado no ensino religioso, assim como estipula os requisitos para o exercício profissional do magistério na referida matéria.

Segundo, haveria violação do artigo 210, caput, e §1º da CRFB/88, pois o artigo 1º da lei impugnada determina que o ensino religioso seja oferecido na forma confessional. Pela tese apresentada, o modelo de ensino religioso deve ser ecumênico, pois o artigo 210, caput da CRFB/88 determina que os conteúdos mínimos do ensino fundamental deve respeitar os valores culturais existentes na sociedade pátria.

---

<sup>73</sup> Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;



Por sua vez, religiões de origem evangélica, espírita e afro-brasileira desconhecem o conceito de autoridade religiosa, pois não dispõe de uma estrutura hierárquica e administrativa como outras instituições seculares. Assim, tais religiões desconhecem o conceito de “autoridade religiosa”. Dessa forma, o artigo 2º, II, da lei 3.459/00 também viola o artigo 210, caput, da CRFB/88, pois determina o prévio credenciamento por autoridade religiosa e o artigo 3º da lei 3.459/00 também viola o artigo 210, caput da CRFB/88, pois atribui exclusivamente às autoridades religiosas a competência para estabelecer o conteúdo do ensino religioso. O emprego da expressão “autoridade religiosa” colocaria religiões sem organização hierárquica em desvantagem em relação às religiões com organização hierárquica.

Em relação ao artigo 3º da lei 3.459/00, afirma-se que este seria inconstitucional, pois haveria violação ao artigo 19, I da CRFB/88. Ao determinar que as entidades religiosas definirão o conteúdo do ensino religioso, haveria aliança estabelecida entre o estado e as referidas autoridades, o que é expressamente vedado pelo artigo constitucional.

Dessa forma, a ADI 3268 pede declaração de inconstitucionalidade dos artigos 1º, 2º, e 3º da lei nº 3.459/00 do Estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, temos que discordar das posições apresentados pelas iniciais em ambos as ações de controle de constitucionalidade. Ao nosso ver, o ensino religioso deve ser confessional, sendo oferecido conforme a escolha do próprio aluno ou seu responsável, sem qualquer ônus ao erário e sem qualquer forma de controle do estado do conteúdo apresentado em sala de aula, sempre em caráter facultativo. Apesar das dificuldades práticas, apenas esse modelo nos parece satisfazer o princípio da laicidade estatal, a pluralidade religiosa brasileira e a liberdade de religião.

A laicidade não pode ser vista como uma animosidade ao fenômeno religioso. A laicidade impõe ao estado que se mantenha neutro em relação às mais distintas concepções religiosas, sem poder tomar partido em questões de fé, ou buscar o favorecimento ou embaraço de alguma crença<sup>74</sup>. Assim, vemos que não há qualquer violação à laicidade que estado e instituições religiosas cooperem para alcançar objetivos em comum de ambas as instituições, como se depreende do art. 19, I, CRFB/88 *in fine*.

---

<sup>74</sup> J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira. *Constituição da República Portuguesa Anotada*. Vol. I. Coimbra: Coimbra Editora, 2007, p. 613.

Além disso, a laicidade deve ser vista como um meio de se alcançar outros objetivos: liberdade de religião, igualdade e pluralismo religioso. Em relação ao primeiro, a laicidade é uma garantia institucional que visa garantir o pleno exercício da liberdade de religião, tanto de forma individual quanto de forma coletiva. Em relação à igualdade, entendemos que a laicidade impede que o estado discrimine ou favoreça alguma religião em relação às demais, ou desfavoreça todas. A proteção dada pelo estado laico, que protege a liberdade de religião e a igualdade, garante que haja um florescimento da pluralidade religiosa.

Nesse sentido, é importante diferenciar laicidade de laicismo e entender a razão pela qual este último modelo não foi adotado no Brasil. Laicidade, conforme visto anteriormente, exige uma neutralidade entre estado e instituições religiosas. Por outro lado, o laicismo é refratário a manifestações públicas de religiosidade e há uma busca por parte do estado em diminuir sua influência sobre a população.

Esse modelo, ao nosso ver, não foi adotado pela constituição de 1988. Primeiro porque a própria constituição garante a cooperação entre estado e instituições religiosas no artigo 19, I, CRFB/88, *in fine*. Segundo, o preâmbulo da constituição invoca a proteção de Deus<sup>75</sup>. Nesse ponto, é importante ressaltar que, por mais que o preâmbulo não tenha força normativa, oferece meios interpretativos da constituição. Assim, entendemos que a invocação divina no preâmbulo da constituição serve para afastar a interpretação segundo a qual a constituição promove o laicismo.

Conforme dito, anteriormente, a liberdade de religião pode ser visto do ponto de vista negativo ou do ponto de vista positivo. Em seu caráter negativo, está o poder de exigir que o estado se abstenha de impor ensino religioso contrário às convicções do indivíduo. Em seu caráter prestacional, entendemos que o estado tem o dever de propiciar os melhores meios para o efetivo recebimento do ensino em questão.

A liberdade de recebimento de ensino religioso é consagrada em diversos documentos internacionais recepcionados pelo ordenamento jurídico brasileiro, entre as quais a Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino, da UNESCO<sup>76</sup> que

---

<sup>75</sup> O STF já se manifestou explicitamente sobre a constitucionalidade da não reprodução na Constituição Federal do Acre da referência a Deus no preâmbulo da Constituição na ADI 2.076-5/Acre, deixando claro que o preâmbulo não tem força normativa.

<sup>76</sup> “Art. 5º 1– Os Estados Partes desta Convenção acordam que: [...] b) deve ser respeitada liberdade dos pais, ou se for o caso, dos tutores legais: 1º de escolher para os seus filhos estabelecimentos de ensino que não sejam os que são mantidos pelos poderes públicos, mas que obedeçam às normas mínimas que possam ser prescritas ou aprovadas pelas autoridades competentes e 2º de assegurar aos seus filhos, conforme as modalidades de

foi recepcionado pelo ordenamento jurídico pátrio por meio do Decreto nº 63.233/68, Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos<sup>77</sup>, que foi recepcionado por meio do Decreto nº 592/92, Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais<sup>78</sup>, recepcionado pelo Decreto nº 591/92, Convenção sobre os Direitos da Criança<sup>79</sup>, recepcionado pelo decreto nº 99.710/90 e Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções<sup>80</sup>.

Outrossim, não devemos entender o ensino religioso previsto no artigo 210, §1º, da CRFB/88 como parte da formação básica do cidadão, como expresso no caput do artigo 33 da lei 9.394/96, mas como da liberdade de religião. Se o ensino religioso é de matrícula facultativa, não pode ser integrante da formação básica do cidadão. Caso contrário, os alunos que optem por não se matricular em tal matéria não teriam os conhecimentos básicos para o exercício da cidadania. Devemos, portanto, entender o ensino religioso como uma vertente positiva da liberdade de religião.

Dessa forma, vemos que a liberdade de religião só se satisfaz se o indivíduo puder receber educação conforme suas próprias convicções religiosas e a entidade religiosa puder transmitir seus ensinamentos. Entretanto, esse dever do estado não o obriga a prestar por si próprio o ensino da religião em questão, mas este deve dar oportunidade para que a entidade religiosa faça uso do espaço da escola pública para transmitir seus valores.

Nesse sentido, é a opinião de Anna Cândida C. Ferraz:

---

aplicação próprias da legislação de cada Estado, a educação religiosa e moral de acordo com suas próprias convicções; outrossim, nenhuma pessoa ou grupo poderão ser obrigados a receber instrução religiosa incompatível com as suas convicções [...]"

<sup>77</sup> "Art. 18. [...] 4. Os Estados-Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais – e, quando for o caso, dos tutores legais – de assegurar a educação religiosa e moral dos filhos que esteja de acordo com suas próprias convicções [...]"

<sup>78</sup> "Art. 13. [...] 1. Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais – e, quando for o caso, dos tutores legais – de escolher para seus filhos escolas distintas daquelas criadas pelas autoridades públicas, sempre que atendam aos padrões mínimos de ensino prescritos ou aprovados pelo Estado, e de fazer com que seus filhos venham a receber educação religiosa ou moral que esteja de acordo com suas próprias convicções"

<sup>79</sup> "Art. 14.1. Os Estados Partes respeitarão o direito da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de crença. 2. Os Estados Partes respeitarão os direitos e deveres dos pais e, se for o caso, dos representantes legais, de orientar a criança no exercício dos seus direitos de acordo com a evolução de sua capacidade. 3. A liberdade de professar a própria religião ou as próprias crenças estará sujeita unicamente às limitações prescritas pela lei e necessárias para proteger a segurança, a ordem, a moral, a saúde pública ou os direitos e liberdades fundamentais de outrem"

<sup>80</sup> "Artigo 5. 1. Os pais, ou no caso os tutores legais de uma criança, terão o direito de organizar sua vida familiar conforme sua religião ou suas convicções e devem levar em conta a educação moral em que acreditem e queiram educar suas crianças. 2. Toda criança gozará o direito de ter acesso à educação em matéria de religião ou convicções conforme seus desejos ou, no caso, seus tutores legais, e não lhes será obrigado a instrução em uma religião ou convicções contra o desejo de seus pais ou tutores legais, servindo de princípio essencial o interesse superior da criança"

“De um lado, o art. 208, que determina o modo pelo qual o Estado deverá efetivar seu dever no tocante à educação, não contempla, no rol de deveres do Estado, o ensino religioso; em outras palavras, não constitui, de modo expresso, essa modalidade de ensino dever a ser prestado pelo Estado. (...) De outro lado, à falta de previsão – que nesse caso deveria, necessariamente, ser expressa – não pode o Estado, até porque não pode se imiscuir em matéria religiosa, ou “ensinar religião”, como se viu, ser o destinatário passivo da norma, no sentido de lhe dar execução.(...) A quem incumbiria, então, prestar o ensino religioso? **Como se trata de manifestação de liberdade de religião, somente as confissões religiosas, no caso da religião desejada pelo aluno, poderia ministrar tal ensino.** Ora, é impossível ao Estado, também por este lado, compelir uma confissão religiosa a ministrar o ensino de religião de opção de um aluno ou de seu responsável. Por tudo isto, percebe-se que o “direito” consagrado no art.210, § 1º, não se reveste da qualificação de direito público subjetivo, vez que não pode o Estado ser compelido a ministrar, em qualquer circunstância, o ensino religioso. (...) Parece que tão somente cabe ao Estado assegurar que, nos horários normais do ensino fundamental, o ensino religioso de qualquer religião possa ser ministrado, desde que solicitado pelo aluno (ou seu pai ou responsável, subentenda-se). Ou seja, ao Estado cumpre abrir espaço físico designando salas de aula e fixar dia e hora e período para que, se solicitado, tal ensino possa ser ministrado pelas confissões religiosas respectivas.<sup>81</sup>”

Dessa forma, vemos que tanto o ensino ecumênico quanto a proposta da PGR de ensino religioso na ADI 4439 não satisfazem a liberdade religiosa.

Em relação ao ensino ecumênico, como este se trata de uma busca por princípios comuns entre diversas religiões, nesse modelo de ensino fica mais clara a violação a vertente positiva de ensino da liberdade religiosa, uma vez que nem o aluno recebe a educação conforme os princípios de sua religião, nem a entidade religiosa ensina sua religião, uma vez que esta é diluída em meio às outras.

Ademais, a escolha da matéria deve ser feita pelo próprio aluno ou por seus responsáveis, sob pena de tornar a escola pública local de proselitismo e de violar a liberdade de crença do aluno. Também deve ser considerado que, caso a escolha fosse feita pela escola, haveria um favoritismo por parte do estado a certa religião que vai de encontro à laicidade estatal.

Também em nome da laicidade do estado o ensino confessional deve ser ministrado sem qualquer ônus aos cofres públicos e não pode haver controle estatal sobre o conteúdo da matéria. Conforme dito anteriormente, a laicidade busca proteger tanto o estado de abusos, quanto a religião de qualquer influência do estado. Assim, vemos que o estado não poderia

---

<sup>81</sup> FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. O Ensino Religioso nas Escolas Públicas: Exegese do § 1º do art. 210 da CF de 05.10.1988. In: Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política . São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 20, 1996, pp. 38-74

remunerar os professores da matéria, uma vez que estes seriam representantes de certa instituição religiosa. Por outro lado, caso o estado controlasse o conteúdo da matéria, interferiria necessariamente na própria instituição religiosa.

Por último, para que a matéria seja facultativa, é preciso que seja oferecida outra matéria para os alunos que optarem por não ter aulas de ensino religioso. Além disso, por ser de matrícula facultativa, não pode ser considerado patê da formação básica do cidadão, logo, o aluno não poderá ser reprovado por insuficiência acadêmica ou por falta. Por último, é vedado o ensino transversal do ensino religioso, ou seja, que este seja tratado nas diversas matérias lecionadas na escola justamente por violar o caráter facultativo da matéria.

Em suma, entendemos que as posições defendidas pelos autores das ADIs 4.439 e 3.268 não devem ser acatadas, pois o ensino religioso deve ser confessional, oferecido conforme a escolha do próprio aluno ou seu responsável, sem qualquer ônus ao erário e sem qualquer forma de controle do estado do conteúdo apresentado em sala de aula, sempre em caráter facultativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho busca mostrar um breve parâmetro da educação religiosa nas escolas públicas nos Estados Unidos, França e no Brasil, e, em menor escala, o que se entende por laicidade nesses países.

A análise comparativa dos modelos americano e francês se torna importante no contexto atual do debate no Brasil, pois muitas vezes decisões proferidas nesses dois países são apresentadas pela parca doutrina nacional de forma descontextualizada e muitas são apresentadas sem qualquer crítica, como se fossem unânimes entre a doutrina.

Além disso, a análise de decisões proferidas por outras jurisdições constitucionais permite uma maior reflexão das questões que envolvem o estado laico e auxiliam o debate incipiente que há no Brasil.

Nos Estados Unidos, a jurisprudência da Suprema Corte tem sido criticada por ser contraditória e confusa. Essa jurisprudência é fruto de uma aplicação sem qualquer harmonia entre as cláusulas religiosas. Se por um lado há o dever de acomodação de interesses religiosos por parte do estado, por outro, há a necessidade de separar este de entidades religiosas de forma a garantir sua laicidade. Ademais, como visto anteriormente, a intenção original das cláusulas religiosas era um pacto federativo, e não uma garantia individual.

Na França, por sua vez, a laicidade se confunde com a identidade nacional francesa. Após a Revolução de 1789 houve embates entre grupos que apoiavam o retorno do catolicismo como a religião oficial e outros que apoiavam os valores da Revolução. Com o início do século XX, as constituições da Quarta República e da Quinta República definiram a França como um país laico, o que demonstra que a laicidade se tornou um valor comum a todos os franceses e o conflito entre as duas França não mais ocorria. Entretanto, eventos envolvendo a população de origem estrangeira, especialmente muçulmana fizeram ressurgir o debate acerca dos limites da laicidade e da expressão religiosa.

A escola pública também foi palco de tais debates. Se com a “segunda etapa da laicidade” a escola pública se tornou completamente laica, atualmente, o porte do véu islâmico se torna cada vez mais um símbolo de uma França que muda com a vinda de populações oriunda de países que foram suas colônias, especialmente os de cultura muçulmana, o que é vista como uma ameaça aos valores laicos e republicanos.

No Brasil, por sua vez, o debate acerca da laicidade ainda é muito incipiente. Entre as principais questões debatidas na atualidade, está o papel do ensino religioso previsto na constituição. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê o ensino religioso, mas deixa a cargo dos sistemas estaduais a regulamentação pormenorizada de tal matéria. Dessa forma, cada Estado tem criado leis que regulamentam o conteúdo programático e a formação dos professores. Além disso, na Concordata firmada entre o Brasil e o Vaticano, há previsão expressa de ensino católico em escolas públicas.

Esse cenário normativo tem sido impugnado por meio de ações de controle concentrado no STF. Por meio das ADIs 4439 e 3268, foram impugnadas tanto a LDB quanto a Lei 3.459/00 do Estado do Rio de Janeiro que regulamenta a educação religiosa. Por meio dessas duas ações, são propostas diversas modalidades de ensino religioso, como o ensino ecumênico, em que valores comuns entre diversas religiões são ensinadas, ou o ensino de história e filosofia das religiões.

Ao nosso ver, o ensino religioso em escolas públicas deve ser confessional, oferecido conforme a escolha do próprio aluno ou seu responsável, sem qualquer ônus ao erário e sem qualquer forma de controle do estado do conteúdo apresentado em sala de aula, sempre em caráter facultativo.

Aguardamos, dessa forma, que o STF julgue ambas as ações de controle concentrado e possa definir o caráter do ensino religioso nas escolas públicas, levando em consideração as liberdades de crença, consciência, culto, o caráter laico do estado, a igualdade entre as diversas religiões, e o pluralismo religioso.

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, C.R., MARTINS, I.G., **Comentários à Constituição do Brasil**, SP: Saraiva, 1988/1989, vol.2
- CANOTILHO, J.J. Gomes; MOREIRA, Vital. **Constituição da República Portuguesa Anotada**. Vol. I. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.
- CURY, Carlos Jamil. **Ensino religioso nas escolas públicas brasileiras: formação de modelos hegemônicos**, in: Léa Pinheiro PAIXÃO; Nadir ZAGO. (Orgs.). *Sociologia da Educação – pesquisa e realidade brasileira*, Petrópolis, Vozes (2004)
- DUGUIT, Leon. **Manual de derecho constitucional**. Granada: Comares, 2005
- DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. **Laicidade e ensino religioso no Brasil**. Brasília: Unesco/Letras Livres/ UNB, 2010.
- FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. **O Ensino Religioso nas Escolas Públicas: Exegese do § 1º do art. 210 da CF de 05.10.1988**. In: Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 20, (1996)
- GINSBURG, Tom; DIXON, Rosalind. **The Research Handbook in Comparative Constitutional Law**. Edward Elgar, 2011.
- GIUMBELLI, Emerson. **Ensino Religioso em Escolas Públicas no Brasil: notas de pesquisa**. Debates do NER, 14:50-68
- LOEWY, Arnold H. **Rethinking Government Neutrality Towards Religion Under The Establishment Clause: The Untapped Potential of Justice O'Connor Insight**. 64 North Carolina Law Review. 1049 (1986)
- MC CONNELL, Michael W. **Religious Freedom at a Crossroad**. 59 The University of Chicago Law Review. (1992)
- MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. Tomo IV, 2ª ed. Coimbra: Coimbra, 1998.
- PAULSEN, Michael A. **Religion, Equality, and the Constitution: An Equal Approach to Establishment Clause Adjudication**, 61 Notre Dame L. Rev. 311 (1986).



SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito constitucional positivo**. 17<sup>a</sup>ed. São Paulo: Malheiros, 2000.